

NICOLO ZINGALES
MARINA LUCENA
ANDRÉS CALDERON
GIOVANNA MILANESE
HENRIQUE BAZAN
LAÍSE BARBOSA
LEANDRO REBELO

TSE, PLATAFORMAS DIGITAIS E DESINFORMAÇÃO

Conceitos relevantes e comentários sobre as Resoluções do TSE

 **FGV DIREITO RIO**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO, 2025

Todos os direitos desta edição reservados à editora Lumen Juris
Copyright © 2025 by Nicolo Zingales | Marina Lucena | Andrés Calderon
Giovanna Milanese | Henrique Bazan | Laíse Barbosa
Leandro Rebelo

Categoria: Direito Eleitoral | Direito Digital

Editor: João Luiz da Silva Almeida
Produção editorial: Angel Cabeza
Designer editorial: Rebecca Ramos e Thassiel Melo
Diagramação: Renata Chagas
Gerente administrativo-financeiro: Carla Sampaio
Financeiro: Juliano de Oliveira
Assistente financeiro: Jefferson Badaró
Gerente comercial e logística: Arlei Rocha
Comercial e relacionamento: Cristiano Mabilia
Eventos: Arianna Pacheco

A editora Lumen Juris Ltda. não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeito à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T882

TSE, plataformas digitais e desinformação : conceitos relevantes e comentários sobre as resoluções do TSE / Nicolo Zingales... [et. al]. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2025.
254 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-519-3320-6

1. Desinformação. 2. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). 3. Resolução. 4. Integridade. 5. Direito eleitoral. 6. Internet. I. Zingales, Nicolo (autor). II. Título.

CDD 343.8109944

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Editora Lumen Juris
Rua Newton Prado, 43, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20930-445
Telefone: (21) 2580-7178 | atendimento@lumenjuris.com.br

Sumário

Prefácio	1
I. O papel constitucional do Tribunal Superior Eleitoral e sua atuação contra a desinformação eleitoral	5
A. Tribunal Superior Eleitoral (TSE): introdução e conceitos iniciais.....	5
B. Composição do Tribunal Superior Eleitoral.....	8
C. Competências do TSE	9
D. O que são as resoluções do TSE?	11
E. A importância das consultas públicas para a criação das resoluções do TSE	17
F. Outras iniciativas do TSE sobre desinformação	18
II. Conceitos relevantes: análise jurisprudencial	23
A. Liberdade de expressão	23
B. Fatos notoriamente inverídicos e gravemente descontextualizados	28
C. Abuso de poder econômico.....	37
D. Dever de cuidado	41
E. Integridade do processo eleitoral.....	46
F. Violação ao Estado Democrático de Direito e atos antidemocráticos.....	49
G. Discurso de ódio	54
H. Poder de polícia	57
III. Resoluções do TSE: comentários	61
A. Resolução nº 23.610/2019 (propaganda eleitoral).....	61
B. Resolução nº 23.714/2022 (enfrentamento à desinformação que atinja a integridade do processo eleitoral)	168
C. Resolução nº 23.735/2024 (ilícitos eleitorais)	177

D. Retirada de conteúdo online de acordo com a Justiça Eleitoral	181
E. Permitido e proibido nas eleições: propaganda eleitoral na internet, desinformação e dever das plataformas	188
Anexo 1: Decisões completas - STF e TSE	193
A. Liberdade de expressão	193
Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF)	193
Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	205
B. Fatos notoriamente inverídicos ou gravemente descontextualizados	216
Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF)	216
Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	218
C. Abuso de poder econômico	222
Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF)	222
Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	222
D. Dever de cuidado	225
Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF)	225
Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	229
E. Integridade do processo eleitoral	232
Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	232
F. Violação ao Estado Democrático de Direito e atos antidemocráticos	235
Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF)	235
G. Discurso de ódio	239
Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF)	239
Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	242
H. Poder de polícia	245
Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	245